

ASPECTOS E DIMENSÕES SOBRE A HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DO BRASIL.

ESTADO DA ARTE – 1990/2016

Geyza Maria Pacífico Soares de Brito 1,
Prof. Dr. Fernando Lobo Lemes 2

1 Graduanda do curso de História do Campus Anápolis de CSEH/UEG.

2 Doutor em História e Docente da Universidade Estadual de Goiás.

Resumo: Para além da perspectiva do “isolamento” entre as regiões que integravam o império português durante o processo de independência do Brasil, uma leitura atenta da bibliografia sobre o tema parece revelar a existência de uma justaposição entre o conjunto da experiência vivida e das expectativas futuras dos atores, quer estivessem em Goiás, no Pará, na Bahia, em Pernambuco, no Rio de Janeiro ou em Portugal (PIMENTA, 2008; SILVA, 2011; MALERBA, 2006; JANCSÓ, 2005). Muito embora os efeitos da distância que os separavam impusessem condições à participação no campo político do império (inicialmente português, mais tarde brasileiro), cada região traduzia a seu modo e a partir de ritmos específicos as ideias e as deliberações provenientes ora da corte do Rio de Janeiro, ora das cortes de Lisboa, adequando-as às suas demandas e interesses. Sendo assim, os ritmos que condicionavam os diferentes movimentos não excluía ou isolavam lugares ou protagonistas. É neste contexto que se insere o presente trabalho, cujo escopo é mapear a produção intelectual a respeito do processo de independência política do Brasil de Portugal (1822-1823), buscando compreender as diferentes contribuições dos diversos autores na historiografia brasileira a partir dos anos 1990. A intenção é estabelecer o “estado do conhecimento” sobre as interpretações dos historiadores, promovendo o diálogo com a bibliografia existente. Neste aspecto, além de contribuir para o esclarecimento das problemáticas atuais, ampliando o debate e a compreensão sobre o tema, o trabalho poderá indicar elementos essenciais para a pesquisa à qual está associado, que trata dos desdobramentos do processo de independência em Goiás durante os anos 1820.

Palavras-chave: Historiografia, Independência, Aspectos.

Introdução

O processo de independência é um evento, como o próprio nome já deixa claro, divisor de águas para a história do Brasil: uma colônia que repentinamente vira sede da Metrópole e, a partir disso, conquista sua tão almejada independência. A vinda da Corte desencadeia o movimento, transformando a vida daqueles que viviam aqui nos mais diversos âmbitos, tendo destaque a queda do pacto colonial que, como classificado pelos autores Ilmar Rohloff de Mattos e Luis Affonso Seigneur de Albuquerque em seu livro “Independência ou morte: A emancipação política do Brasil” (MATTOS, ALBUQUERQUE, 1991) , regia a população na colônia, esta que se dividia em 3 categorias, os colonizadores:

Eram os comerciantes, os governadores, capitães-generais e magistrados, os bispos e missionários. Eles monopolizavam o comércio; procuravam ocupar com exclusividade os cargos e funções administrativas; impediam a divulgação de ideias e crenças que pudessem ameaçar o poder do rei de Portugal e da Igreja (MATTOS, ALBUQUERQUE, 1991, p.7).

Os colonos:

Eram os senhores de engenho, os fazendeiros, os lavradores, os proprietários de lavras auríferas, os donos de charqueadas. Eles eram os proprietários, em condições monopolistas, os meios – escravos, terras, equipamentos – com os quais eram realizadas as atividades produtivas que faziam da Colônia uma colônia de exploração (MATTOS, ALBUQUERQUE, 1991, p.7).

E por último, havia também os colonizados:

Eram os escravos, que constituíam quase metade da população final do século XVIII. Eram ainda os agregados, moradores, capangas, capatazes e vadios; a população livre e pobre, que raramente encontrava ocupação produtiva, e por isso dele se dizia que “não tem modo certo de vida” (MATTOS, ALBUQUERQUE, 1991, p.7).

O pacto gerou diversos conflitos internos de insatisfação popular com a metrópole e, a partir de sua queda, a colônia tem sua economia liberada para trânsito mundial e não mais com intermédio de Portugal, um princípio de “independência”, pelo menos no âmbito econômico, ainda que o benefício da Abertura dos Portos (1809) tenha caído basicamente nas mãos dos Britânicos. Além disso, toda a vida social se reconfigura a partir da influência cultural europeia, bem como esta também absorve a cultura da colônia, a capital, Rio de Janeiro, será o receptáculo de toda essa mudança.

Mesmo com mudanças positivas, o desejo de liberdade e igualdade, que chegam à colônia através dos ideais liberais, viram cada vez mais sinônimos de autonomia política e, esse sentimento se tornará cada vez mais forte com a estadia real no país. Talvez o maior feito

advindo de tais mudanças, foi a consolidação de um povo genuinamente “brasileiro” que, para José Bonifácio era “todo homem que segue a nossa causa, todo o que jurou a nossa independência” (NOGUEIRA,1973 apud MENDONÇA, 2010, p.5), mesmo que não ocorra a participação de todas as classes e esse aspecto de “liberdade” não se estenda a todos (já que a sociedade continua escravista e patriarcal), vai ser o princípio da nação.

Através da realização de pesquisa bibliográfica, esse trabalho procura mapear a produção historiográfica a respeito do processo de independência política do Brasil de Portugal, ocorrido entre 1822 e 1823, buscando identificar e compreender as diferentes contribuições dos diversos historiadores. A partir das leituras e da identificação dos aspectos e dimensões tratados nas obras analisadas, a intenção é estabelecer o “estado da arte” e o conhecimento teórico sobre o tema nos trabalhos publicados no Brasil entre os anos 1990 e 2016.

Dessa maneira, é preciso compreender primeiramente o movimento em todas as suas fases: Antecedentes, o processo em si e o pós-processo. É a partir dessas separações que esse trabalho irá se constituir, além de uma tabela sistemática ao final deste, onde estarão listados os principais trabalhos publicados sobre o tema a partir da datação definida. Busca-se com isso, dialogar com autores que contribuíram para a extensão da historiografia sobre o assunto, bem como suas contribuições e pensamentos individuais sobre o processo.

Referencial Teórico

Tabela de Contribuições Historiográficas (1990 e 2016)

| Autor (a) / Autores | Título | Ano | Tipo Bibliográfico |
|----------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|------------|---------------------------|
| Ilmar Rohloff de Mattos e Luis Affonso Seigneur de Albuquerque | Independência ou morte: A emancipação política do Brasil | 1991 | Livro |
| Cecilia Helena de Salles Oliveira | O espetáculo do Ipiranga: Reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência. | 1995 | Artigo |
| Jurandir Malerba | O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX | 1999 | Livro |
| Lúcia Maria Bastos P. Neves | Cidadania e Participação Política na Época da Independência do Brasil | 2002 | Artigo |
| Lucia Maria Bastos Pereira das Neves | Corcundas e constitucionais: a cultura | 2003 | Artigo |

| | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|--------|
| | política da independência (1820-1822). | | |
| Fernando Diégues | A revolução brasileira: o projeto político e a estratégia da independência | 2004 | Livro |
| Marco Morel | As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). | 2005 | Livro |
| István Jancsó | Independência: história e historiografia | 2005 | Livro |
| Jurandir Malerba | As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica | 2005 | Artigo |
| Maria Fernanda Bicalho | Redimensionando a Independência | 2006 | Artigo |
| Jurandir Malerba | A independência brasileira: novas dimensões | 2006 | Livro |
| João Paulo G. Pimenta | A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica | 2008 | Artigo |
| Valdeci Lopes de Araújo | A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845) | 2008 | Artigo |
| João Paulo G. Pimenta | A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico | 2009 | Artigo |
| Sonia Regina de Mendonça | A Independência do Brasil em perspectiva historiográfica | 2010 | Artigo |
| Hendrik Kraay e Jurandir Malerba | Festejar e repensar a Independência: um balanço | 2010 | Artigo |
| Alberto da Costa e Silva | Crise colonial e independência (1808-1830) | 2011 | Livro |
| Hendrik Kraay | Alferes Gamboa e a Sociedade Comemorativa da Independência do Império, 1869-1889 | 2011 | Artigo |
| João Paulo Pimenta, César Augusto Atti, Sheila Virgínia Castro, Nadiesda Dimambro, Beatriz Duarte Lanna, Marina Pupo e Luís Otávio Vieira | A Independência e uma cultura de história no Brasil | 2014 | Artigo |

Metodologia

A metodologia proposta está associada aos recursos oferecidos pela pesquisa bibliográfica, sendo utilizada, no presente trabalho, para ampliar e dominar o conhecimento disponível, visando compreender melhor o tema estudado. A pesquisa bibliográfica deverá ser realizada em nível exploratório, buscando obter familiaridade sobre assunto e oferecer informações mais precisas para a investigação, fundamentando a análise e discussão dos resultados da pesquisa.

Resultados e Discussões

Antecedentes da Independência

Mudanças significativas ocorridas durante o século XVIII influenciarão diretamente a vida na colônia portuguesa, culminando no século posterior, em sua independência. Essas mudanças são representadas pelas chamadas “Revoluções Burguesas”: na Inglaterra, A Revolução Industrial (meados do século XVIII), na França, A Revolução Francesa (1789) e na América inglesa, A Independência dos EUA (1776).

Das revoluções citadas, a Revolução Francesa será, de forma mais direta, a grande desencadeadora do processo, visto que, ela provoca a vinda da família real para o Brasil que, segundo o autor Jurandir Malerba (1999): “marca o início da emancipação política do Brasil” (MALERBA, 1999, p.7). Para entender a motivação da mudança da corte para a colônia, é preciso entender a Europa pós-Revolução Francesa que, foi impactada por seus ideais liberais e marcada pelo fim do Antigo Regime, mudança que abala os pilares das sociedades representantes do modelo.

Com a derrubada dos jacobinos do poder logo após a Revolução, quem assume com o Golpe de 18 de Brumário (1799) é o militar Napoleão Bonaparte que, primeiro cônsul e mais tarde imperador, consolida a burguesia no poder e desenvolve uma grande política expansionista, ameaçando e criando conflitos com grandes potências como a Inglaterra, provocando consequências como a saída forçada da Família Real portuguesa da Europa.

O bloqueio continental (1806), instaurado pelo mesmo, com o objetivo de isolar economicamente a Inglaterra, foi o ultimato para que Dom João IV, pressionado a romper ligações com a monarquia inglesa e aderir ao bloqueio, sob ameaça de invasão territorial pelas tropas napoleônicas, “fugisse” com sua família, servos e nobreza para sua colônia na América. Entretanto, o termo “fuga” associado à vinda da Família Real para o Brasil, é questionado pela historiadora Silvia Drumond Silva Fontes que, em seu texto “A Corte Portuguesa no Brasil”, esboça que a alternativa encontrada não foi algo impensado:

Num primeiro momento, a atitude de Dom João, embarcando numa esquadra de forma apressada e desorganizada, dava ao quadro aspectos de fuga, de pânico ou de qualquer outra catástrofe. Entretanto, não é lícito concluir que se tratava de um ato impensado, pois há algum tempo o embarque da Família Real fora esboçado e avaliado em todas as suas consequências por estadistas e soberanos, quando determinadas circunstâncias políticas ameaçavam a soberania portuguesa (FONTES, 2007, p.2).

A adoção da imparcialidade e medidas diplomáticas quanto ao que estava acontecendo entre as potências já não era suficiente no momento. Incapaz de se posicionar militarmente contra a França e, nem trair sua maior provedora Inglaterra, o rei de Portugal opta pela transação da sede da monarquia para sua colônia na América, resguardada e assessorada pelos britânicos. Iniciando, como dito anteriormente, o que seria o princípio do processo de independência.

Ainda que esses fatores externos tenham sido vitais para dar início ao movimento emancipacionista, a própria colônia já manifestava insatisfação perante ao domínio metropolitano e sua exploração que, cada vez mais, se tornava insustentável para os habitantes, os “brasileiros” de fato. Esse “desgosto” perante à metrópole caracterizou uma série de movimentos de revolta como cita Malerba (1999): “São expressivas desse descontentamento as conspirações que se sucederam em Minas Gerais (1788/9), Rio de Janeiro (1792) e Bahia (1798)” (MALERBA, 1999, p.7).

A “consciência” do que era viver na colônia e suas implicações que afetavam negativamente a população submissa, chegavam através de notícias do exterior sobre as Revoltas Burguesas e os ideais liberais advindos destas, como declaram os autores MATTOS e ALBUQUERQUE (1991): “Do estrangeiro esperava-se, muitas vezes, a ajuda necessária à vitória dos movimentos contra a dominação metropolitana” (MATTOS; ALBUQUERQUE, 1991, p.10). Todas essas revoltas foram rapidamente contidas pelo poderio português, entretanto, serviram para demonstrar que o sentimento de liberdade perante os reinóis já brotava na colônia e que foi reforçado por influências do exterior, isso no final do século XVIII, sendo esses fatores, tanto internos, quanto externos, os grandes antecedentes da independência.

Processo de Independência

Em janeiro de 1808 marca chegada da família real na colônia, primeiramente no litoral da Bahia e, mais tarde, em “7 março de 1808 entrava na baía de Guanabara uma parte das embarcações portuguesas, conduzindo o primeiro monarca que pisaria no Novo Mundo”

(FONTES, 2007, p.3). Como primeira medida, foi realizada a abertura dos portos brasileiros às “Nações Amigas”, com esse feito assinado por Dom João, era o fim do exclusivo comercial que caracterizou as relações de colônia-metrópole por três séculos.

Com a abertura dos portos, é consolidado também o “Tratado de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação (1810)”, atitude que favorecia diretamente os ingleses e que geraria certo descontentamento por parte da população ligada ao comércio. Além disso, o período é marcado pela derrota de Napoleão e o Congresso de Viena (1814), o que acalma as tensões na Europa e, principalmente, em Portugal.

Com uma situação mais favorável do que a que obrigou a vinda da família real para o Brasil, a corte exige que a mesma retorne para Portugal a fim de reestabelecer o monopólio comercial sobre o Brasil, e voltar ao colonialismo que beneficiava a nobreza luso, essa ideia ficou representada pela chamada “Revolução do Porto” (1820) realizada em Portugal em forma de revolta. Para acalmar os ânimos, Dom João retorna para a o reino português (1821) e deixa seu filho Dom Pedro I como regente que, também pressionado à retornar, decide ficar no país, momento conhecido como “Dia do Fico” (1822) onde, o príncipe declara a famosa frase: “Como é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto: diga ao povo que fico” (ALEIXO, 2009, p.5), o que marca a separação definitiva com Portugal e o início da Guerra de Independência.

Pós-Independência

O processo se encerra com a abdicação de Dom Pedro I, que abre mão do trono devido às pressões externas e, principalmente, internas. Atos violentos em repúdio à condução política do imperador, como Noite das Garrafadas¹, enfraqueceram o seu alicerce político, fazendo com que ele fosse perdendo apoio dos ministros e pressionado a sair do cargo. No dia 7 de abril de 1831, D. Pedro abdica do cargo de imperador, retorna à Europa e deixa o trono para seu filho Pedro, de 5 anos.

Cronologia do Processo de Independência

| | |
|-------------|------------------------------------------------------------|
| 1806 | Decretação do Bloqueio Continental por Napoleão Bonaparte. |
| 1807 | Convenção Secreta de Londres. |
| 1808 | Partida da família real portuguesa para o Brasil. |
| 1809 | Chegada da Família Real ao Brasil. |

¹ Foi um conflito urbano ocorrido em 13 de Março de 1831 contra o governo do Imperador Dom Pedro I.

| | |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <p>Abertura dos portos. Alvará que revoga a proibição das manufaturas. Regulamentação da Imprensa Régia. Criação o Banco do Brasil. Criação de instituições de ensino superior no Rio de Janeiro e em Salvador. Invasão da Guiana Francesa.</p> |
| 1810 | Assinatura dos tratados de Aliança e Amizade e de Navegação e Comércio |
| 1814 | Derrota de Napoleão Bonaparte. Congresso de Viena. |
| 1815 | Santa Aliança. Elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves. |
| 1816 | Chegada da missão artística francesa. Início da ocupação da Banda Oriental (Uruguai). |
| 1817 | Revolução Pernambucana. |
| 1818 | Coroação de D. João VI. |
| 1819 | Criação do Jardim Botânico. |
| 1820 | Revoltas Liberais na Europa. Revolução do Porto. |
| 1821 | Regresso de D. João VI. Início da Regência de D. Pedro. Supressão da censura à Imprensa. |
| 1822 | <p>(jan.) Dia do Fico. (fev.) Convocação do conselho de procuradores das Províncias. (mar.) Proibição do desembarque das tropas enviadas pelas Cortes. (jun.) Convocação da Assembleia Constituinte para o Reino do Brasil. (ago.) Manifesto de Gonçalves Ledo aos povos do Brasil. Manifesto de José Bonifácio às nações amigas. (set.) Declaração da Independência. (out.) Início da Guerra de Independência.</p> |
| 1823 | <p>(maio) Instalação da Assembleia Constituinte. (nov.) Dissolução da Assembleia Constituinte.</p> |
| 1824 | Outorga da constituição do Império do Brasil. Confederação do Equador. |
| 1825 | Reconhecimento da Independência por Portugal. Início da Guerra Cisplatina. |
| 1826 | Morte de D. João VI. Abdicação de D. Pedro do Trono Português. |
| 1828 | Final da Guerra da Cisplatina. |

| | |
|-------------|--------------------------------------------------------|
| 1829 | Falência do Banco do Brasil. |
| 1830 | Promulgação do Código Criminal. |
| 1831 | Abdicação de D. Pedro. Início do Período Regencial. |

Fonte: Mattos; Albuquerque, 1991, p. 91-92.

Conclusão

Dessa maneira, entende-se que o Processo de Independência do Brasil ainda se constitui como um evento de real importância para a história do país e nação brasileira, e isso reflete diretamente na produção historiográfica que circula no meio acadêmico. Podemos observar que a utilização do tema como forma de trabalhos científicos, artigos e livros não desapareceu e, permanece como alvo de interesse para os estudiosos que, continuam a produzir sobre ele ainda hoje.

Isso se comprovou a partir da pesquisa bibliográfica que foi feita nesse trabalho onde, foram escolhidos 20 trabalhos desenvolvidos a partir de 1990 até o ano de 2016, com critérios de importância e visibilidade, e que tratam sobre a temática, para exemplificar sobre essa historiografia que vem sendo produzida e como meio de introduzir o assunto ao público. Procurou-se, através desses trabalhos e dos diferentes prismas trazidos por cada um dos autores, expandir o assunto e compreendê-lo melhor a partir de perspectivas diferentes.

Referências

MALERBA, Jurandir. *O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX*. Maringá: Eduem, 1999.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A Independência do Brasil em perspectiva historiográfica. Viedma: *Revista Pilquen*, Sección Ciencias Sociales: Dossier Bicentenario Año XII, nº 12, p. 1-10, ene./jun., 2010.

FONTES, Silvia Drumond Silva. *A corte portuguesa no Brasil*. FAFICH (UFMG), 2007. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/acorteportuguesanobrasil.pdf>>. Acesso em 30 de março de 2017.

MATTOS, Ilmar Rohloff de; ALBUQUERQUE, Luis Affonso Seigneur de. *Independência ou morte: A emancipação política do Brasil*. 14ª ed. São Paulo: Atual, 1991.

ARAÚJO, V. L. de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

DIÉGUES, F. *A revolução brasileira: o projeto político e a estratégia da independência*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

JANCSÓ, I. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, M. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005. .

NEVES, Lúcia M. B. P. das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

OLIVEIRA, C. H. O espetáculo do Ipiranga: Reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência. São Paulo, *Anais do Museu Paulista*, v.3, janeiro/dezembro, 1995.

PIMENTA, J. P. G. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. *Revista Digital de Historia Iberoamericana*, vol. 1, n. 1, p. 70-105, 2008.

SILVA, Alberto da C (coord.). *Crise colonial e independência (1808-1830)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

NEVES, Lúcia M. B. P. das. Cidadania e Participação Política na Época da Independência do Brasil. Campinas: *Cad. Cedes*, v. 22, n. 58, p. 47-64, dezembro/2002.

MALERBA, Jurandir. As independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica. São Paulo: *Revista História*, v.24, N.1, p.99-126, 2005.

BICALHO, Maria Fernanda. Redimensionando a Independência. Rio de Janeiro: *Revista Tempo* v.24, n 194. p. 194-200, 2006.

PIMENTA, João Paulo G. A independência do Brasil como uma revolução: História e atualidade de um tema clássico. Ouro Preto: *Revista História da Historiografia*, N. 3, p. 53-82, setembro, 2009.

KRAAY, Hendrik; MALERBA, Jurandir. Festejar e repensar a Independência: Um balanço. Rio Grande do Sul: *Revista Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 36, n. 2, p. 366-373, jul./dez, 2010.

KRAAY, Hendrik. Alferes Gamboa e a Sociedade Comemorativa da Independência do Império (1869-1889). São Paulo: *Rev. Bras. Hist.* [online], vol.31, n.61, pp.15-40, 2011.

MALERBA, J. *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PIMENTA, J.P; ATTI, C. A.; CASTRO, S. V.; DIMAMBRO, N.; LANNNNA, B. D.; PUPO, M.; VIEIRA, L. O. A Independência e uma cultura de História no Brasil. São Paulo: *Revista Almanack*, UNIFESP, n.8, p. 1-63, novembro, 2014.

ALEIXO, José C.B. O processo de independência do Brasil e suas relações com os países vizinhos. FLACSO-Brasil: *Série Estudos e Ensaio - Ciências Sociais*, p. 1-17, jun., 2009.